

# Os Angolanos estão insatisfeitos com as acções do governo para promoção da paridade de género

**Afrobarometer Edição No. 622 | Carlos Pacatolo, David Boio e Cecília Kitombe**

## Sumário

Como muitos outros países africanos, Angola ratificou os principais instrumentos internacionais sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género e está comprometida com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 5 das Nações Unidas, que consiste no alcance da igualdade de género e na capacitação de todas as mulheres e meninas (OHCHR, 2019).

Guiada pela sua política nacional de igualdade de género de 2013, Angola obteve ganhos significativos na representação de mulheres em cargos de liderança política (OHCHR, 2019). Cerca de quatro em cada 10 assentos na Assembleia Nacional (38,1%) são ocupados por mulheres (Parlamento, 2023), e nove dos 23 departamentos ministeriais do governo do Presidente João Lourenço são chefiados por mulheres, a maior proporção de sempre (Governo, 2023).

No entanto, o Índice Global de Diferenças de Género do Fórum Económico Mundial (2022) classifica Angola em 125º lugar entre 146 países em paridade de género, refletindo os muitos desafios restantes no caminho para a igualdade de direitos para as mulheres. Entre eles está a violência de género: Uma em cada quatro mulheres angolanas relatou em 2018 ter sofrido violência física e/ou sexual nas mãos de um atual ou ex-parceiro romântico durante o ano anterior (ONU Mulheres, 2023). O assédio sexual é uma das principais barreiras à participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho, de acordo com uma conselheira da ONU Mulheres (África News, 2021). Quase um terço (30,3%) das mulheres de 20 a 24 anos eram casadas ou viviam em união antes de completarem 18 anos (ONU Mulheres, 2023).

Este dispatch relata um módulo especial de pesquisa incluído no inquérito da 9ª Ronda do Afrobarometer (2021/2023) para explorar as experiências e percepções dos Africanos sobre a igualdade de género no controlo sobre a posse de bens, empréstimos bancários, posse de terra e liderança política. (Para os resultados sobre a violência baseada no género, veja Kitombe & Pacatolo, 2023.)

Em Angola, as mulheres equiparam-se aos homens em termos de escolaridade e participação na tomada de decisões financeiras do agregado familiar, embora fiquem atrás dos homens na posse dos principais bens do agregado familiar. A maioria expressa apoio ao direito das mulheres à igualdade na contratação, na posse da terra e na liderança política, mas uma parte significativa também considera provável que uma mulher sofra críticas ou assédio se concorrer a um cargo eletivo.

No geral, menos de metade dos Angolanos aprova o desempenho do governo na promoção da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres.

## Pesquisas do Afrobarometer

O Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre as experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999, e as pesquisas da Ronda 9 serão concluídas no primeiro semestre de 2023. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer, liderada pela Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos entre 9 de Fevereiro e 8 de Março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/-3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

## Principais resultados

- Os resultados do acesso à educação são igualitários em Angola, segundo resultados do inquérito.
- As mulheres são menos propensas do que os homens a ter uma conta bancária (47% vs. 55%), um rádio (47% vs. 58%), um veículo motorizado (16% vs. 31%) e um computador (15% vs. 21%), mas equiparam-se aos homens na participação nas decisões financeiras da família.
- A maioria dos cidadãos diz que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens para conseguir empregos remunerados (58%) e possuir ou herdar terras (76%).
  - Mais de seis em cada 10 cidadãos dizem que as mulheres de facto desfrutam de oportunidades iguais na contratação (61%) e na posse da terra (68%).
- Sete em cada 10 Angolanos (70%) dizem que as mulheres deveriam ter as mesmas hipóteses que os homens de serem eleitas para cargos públicos.
  - Mas enquanto 62% dos cidadãos acham que uma mulher ganhará prestígio na comunidade se concorrer a um cargo, 51% também consideram provável que ela seja criticada ou assediada por outras pessoas na comunidade.
- Menos de metade (41%) dos Angolanos dizem que o governo está a fazer um trabalho "razoavelmente bom" ou "muito bom" na promoção da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres. Os cidadãos sem educação formal (27%) têm menos probabilidade de aprovar o desempenho do governo.
- Os cidadãos dizem que a violência de género, o acesso desigual à educação e as oportunidades desiguais no local de trabalho são as questões de direitos das mulheres mais importantes que o governo e a sociedade devem abordar.

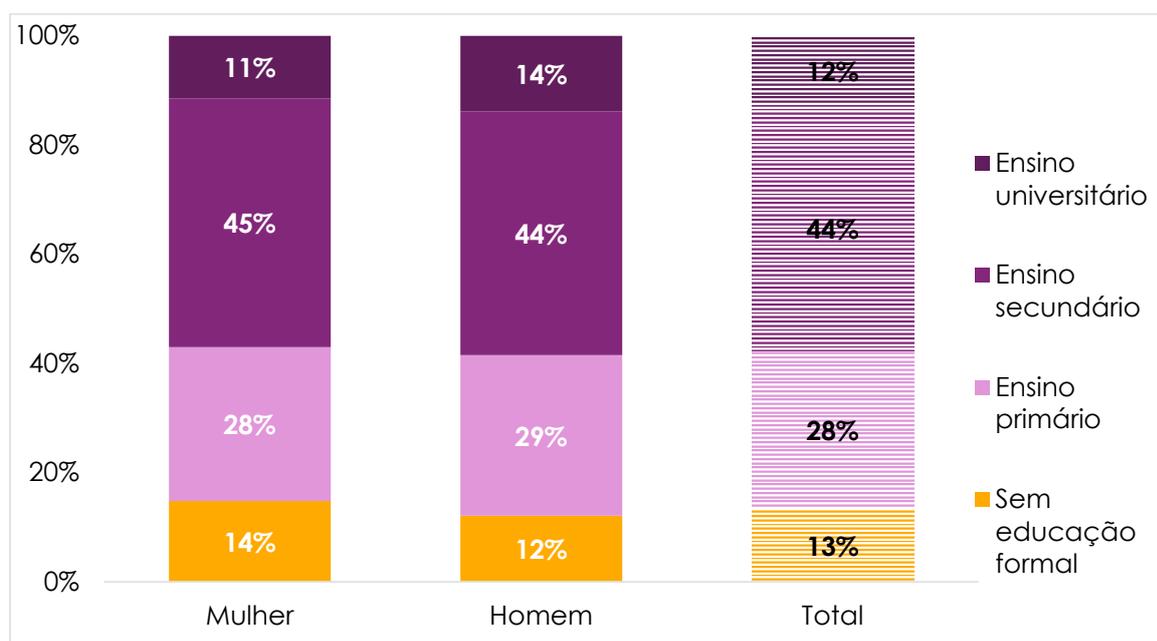
## Educação e controlo dos bens

As mulheres e os homens angolanos relatam níveis aproximadamente iguais de escolaridade (Figura 1). A maioria tem educação secundária (11% das mulheres, 14% dos homens) ou universitária (45% e 44%). Cerca de quatro em cada 10 relatam escolaridade primária (28% e 29%) ou nenhuma educação formal (14% e 12%).

Quando se trata da posse de bens, as mulheres têm menos probabilidade do que os homens de possuir um telemóvel (60% contra 65%), um rádio (47% contra 58%), uma conta bancária (47% contra 55%), um veículo motorizado (16% vs. 31%) e um computador (15% vs. 21%) (Figura 2).

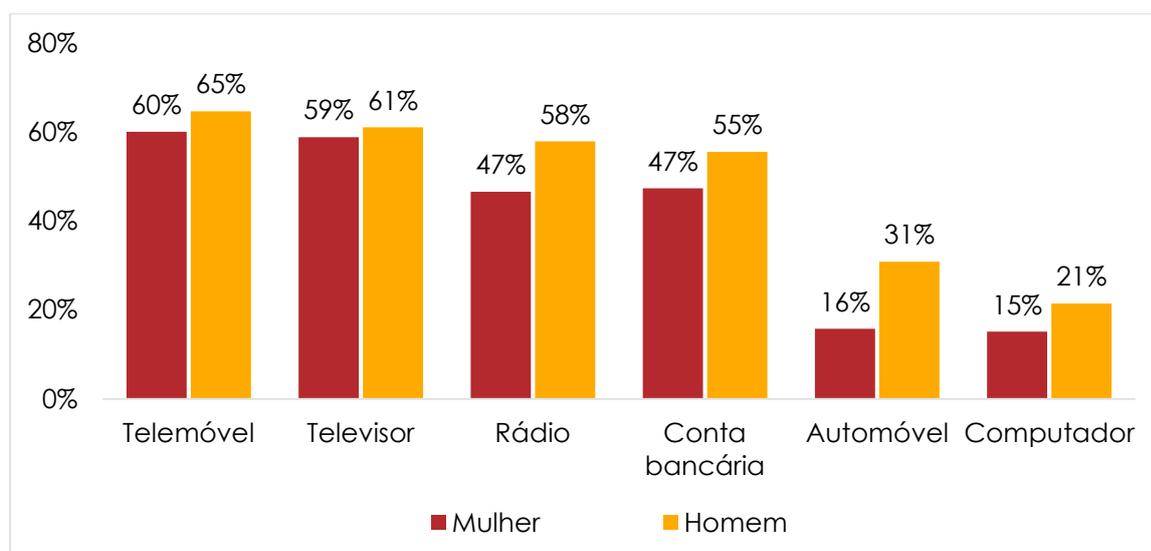
Nas decisões sobre como o dinheiro da família é gasto, a maioria das mulheres afirma tomar decisões financeiras sozinhas (29%) ou em conjunto com o cônjuge (28%), assim como a maioria dos homens (36% e 25%, respectivamente) (Figura 3). Proporções semelhantes dizem que as decisões financeiras são tomadas sem a participação deles (17% para mulheres, 15% para homens).

**Figura 1: Acesso à educação | por género | Angola | 2022**



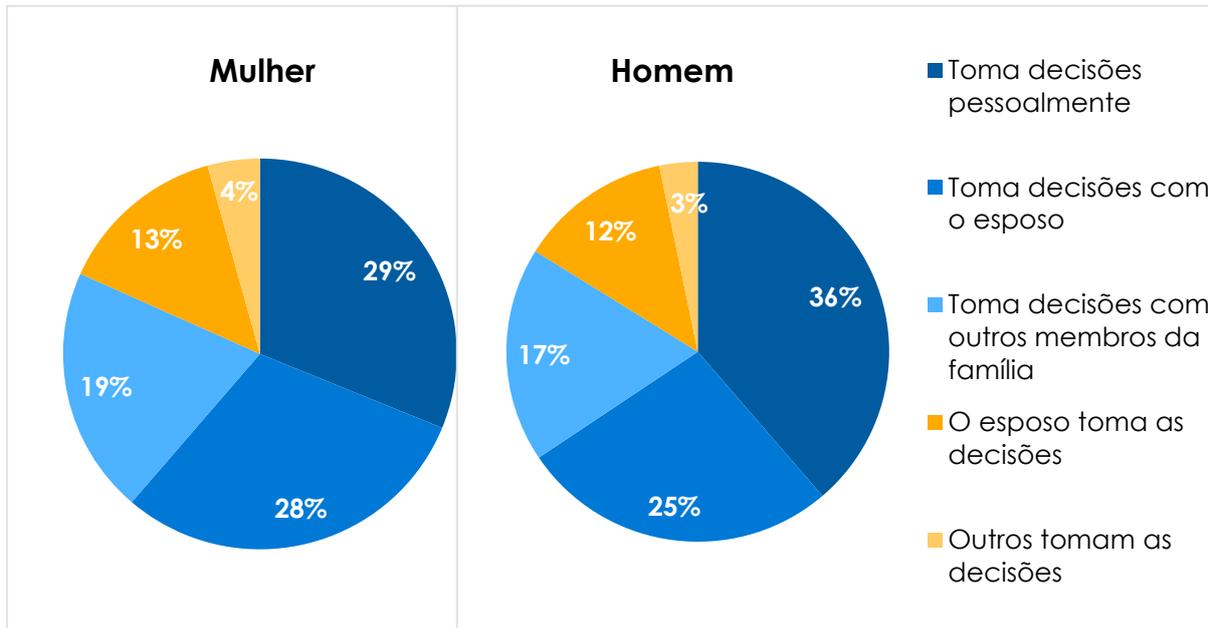
**Pergunta aos respondentes:** Qual é o seu maior nível de escolaridade?

**Figura 2: Posse de bens | por género | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Qual desses bens você possui pessoalmente?

**Figura 3: Quem decide como o dinheiro é gasto? | por género | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Qual é o meio principal de tomada de decisões sobre a forma como usar ou gastar o dinheiro que você ganha, por exemplo do trabalho, negócio, venda de alguma coisa ou outras actividades?

### Direito ao trabalho e a posse da terra

A capacidade de reivindicar certos direitos pode ser uma ferramenta para promover a igualdade de género – ou para manter a desigualdade. Os Angolanos querem igualdade de género no que diz respeito aos empregos e a posse de terras? E se sim, quão perto da igualdade eles estão?

A maioria (58%) dos Angolanos rejeita a ideia de que os homens devem ter prioridade sobre as mulheres na contratação quando os empregos são escassos, mas mais de um terço (36%) apoiam esta forma de discriminação de género (Figura 4).

As mulheres são mais propensas do que os homens a defender a igualdade de género quando se trata de empregos (66% contra 50%). O apoio à igualdade na contratação aumenta com o nível de escolaridade dos entrevistados, variando de 53% daqueles sem escolaridade formal a 68% daqueles com qualificação universitária.

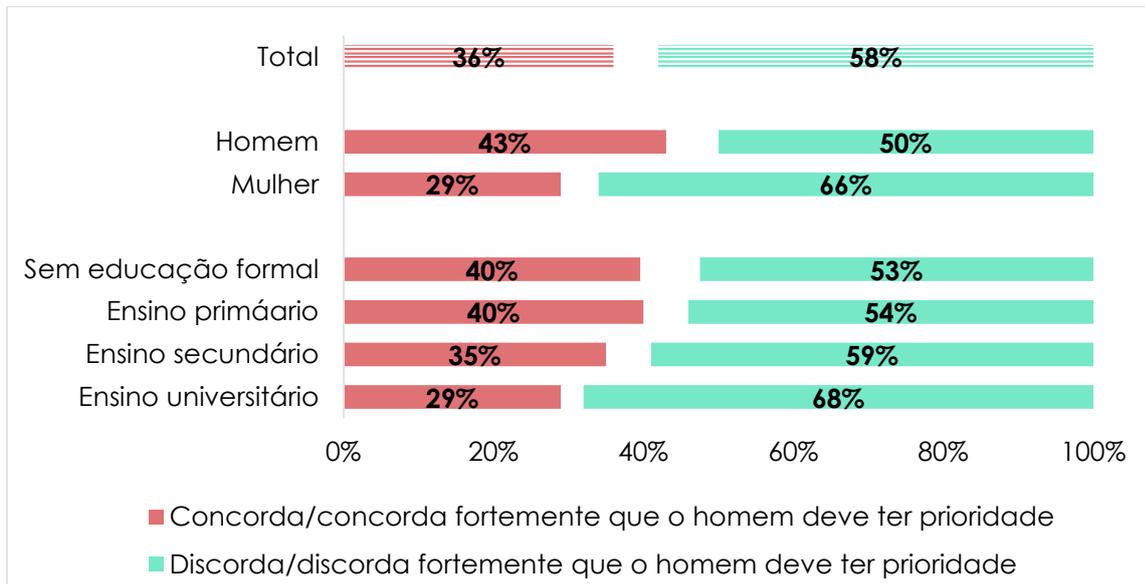
Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e rodada de inquérito. É fácil e gratuito em [www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

Uma grande maioria (76%) dos Angolanos aprova direitos iguais no que diz respeito à posse de terra (Figura 5). Em rigor, o Estado angolano não confere aos cidadãos o direito à propriedade da terra, pois o Artigo 15.º da Constituição designa a terra como

propriedade do Estado cujo uso, por direitos de superfície, pode ser transmitido a pessoas singulares e colectivas.

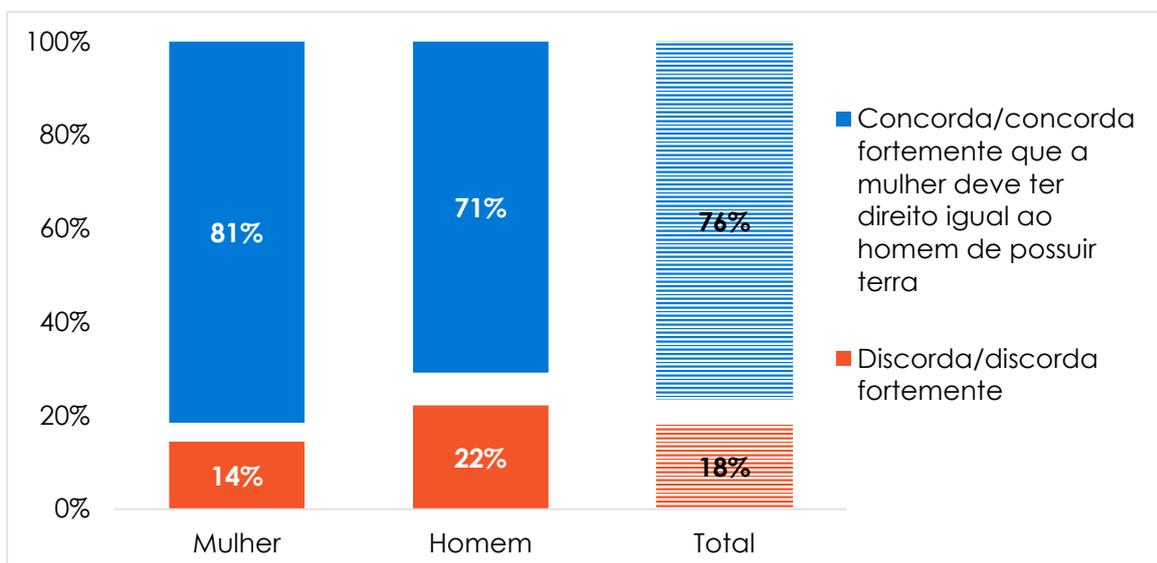
A igualdade de direitos na posse de terra é apoiada por 81% das mulheres; os homens perdem 10 pontos percentuais (71%) no seu apoio à igualdade.

**Figura 4: Os homens devem ter prioridade em empregos escassos? | por género e educação | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Para cada uma das afirmações, por favor, diga se você concorda ou discorda: quando os empregos são escassos, os homens devem ter mais direito ao emprego do que as mulheres.

**Figura 5: Devem as mulheres ter os mesmos direitos à terra? | por género | Angola | 2022**

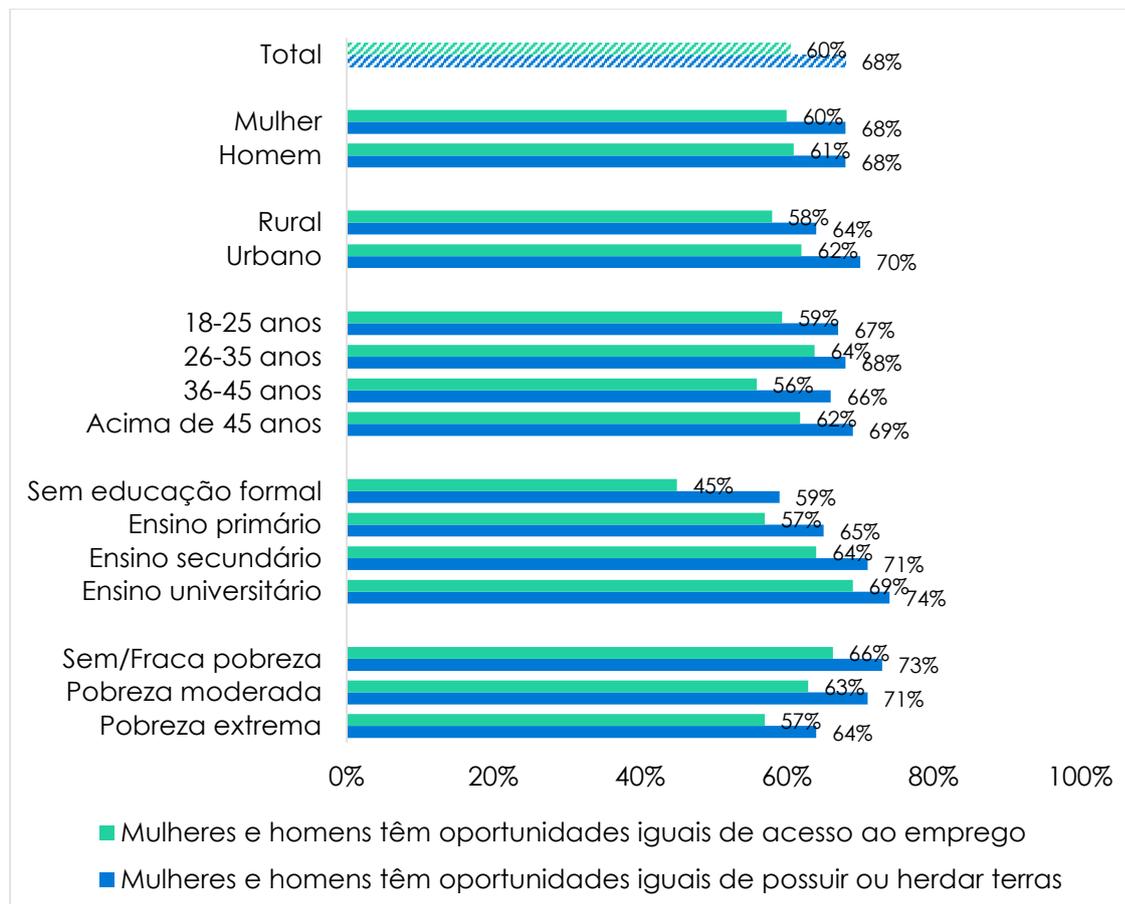


**Pergunta aos respondentes:** Para cada uma das afirmações, por favor, diga se você concorda ou discorda: as mulheres devem ter direitos iguais aos homens de possuir ou herdar terras.

Embora a maioria diga que as mulheres devem ter direitos iguais a empregos e a posse de terras, elas alcançaram a igualdade? Seis em cada 10 Angolanos (61%) dizem que as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens para conseguir um emprego remunerado, e ainda mais (68%) fazem a mesma afirmação sobre possuir ou herdar terras (Figura 6).

As mulheres e os homens concordam nessas questões, mas os entrevistados pobres,<sup>1</sup> aqueles com menos educação e os residentes rurais têm menos probabilidade do que os mais ricos, mais educados e os urbanos de pensar que a paridade foi alcançada em qualquer um dos casos.

**Figura 6: Devem as mulheres e os homens ter igualdade de oportunidade no acesso ao emprego e à terra? | por grupo demográfico | Angola | 2022**



**Perguntas aos respondentes:** Para cada uma das afirmações, por favor, diga se você concorda ou discorda:

Hoje, no nosso país, mulheres e homens têm oportunidades iguais de acesso aos empregos que pagam salários.

Hoje, no nosso país, mulheres e homens têm oportunidades iguais de possuir ou herdar terras.

(% que "concorda" ou "concorda fortemente" com cada afirmação)

## Igualdade de gênero na participação política

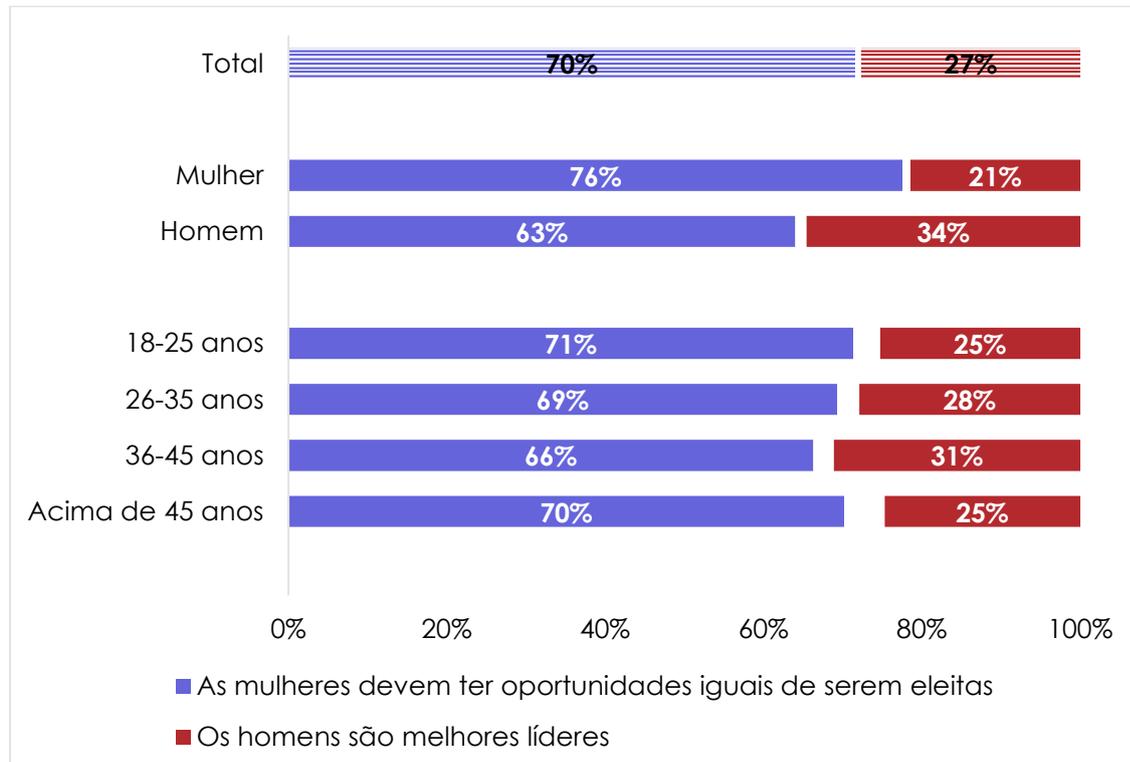
Um aspecto crítico da igualdade de gênero é a participação das mulheres na liderança política, o que ajuda a garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas na formulação de políticas.

Em Angola, sete em cada 10 (70%) cidadãos dizem que as mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades que os homens de disputar cargos políticos, rejeitando a ideia de

<sup>1</sup> O Índice de Pobreza Viva (LPI) do Afrobarometer mede os níveis de privação material dos entrevistados, perguntando com que frequência eles ou suas famílias ficaram sem necessidades básicas (comida suficiente, água suficiente, assistência médica, combustível suficiente para cozinhar e renda em dinheiro) durante o ano anterior. Para saber mais sobre a pobreza viva, consulte Mattes & Patel (2022).

que os homens são melhores líderes políticos e, portanto, devem ter prioridade como candidatos. Cerca de um quarto (27%) dos entrevistados se opõe a essa ideia (Figura 7). Mais mulheres (76%) do que homens (63%) defendem a igualdade na política.

**Figura 7: Deve a mulher ter a mesma oportunidade de ser eleita? | por género e idade | Angola | 2022**

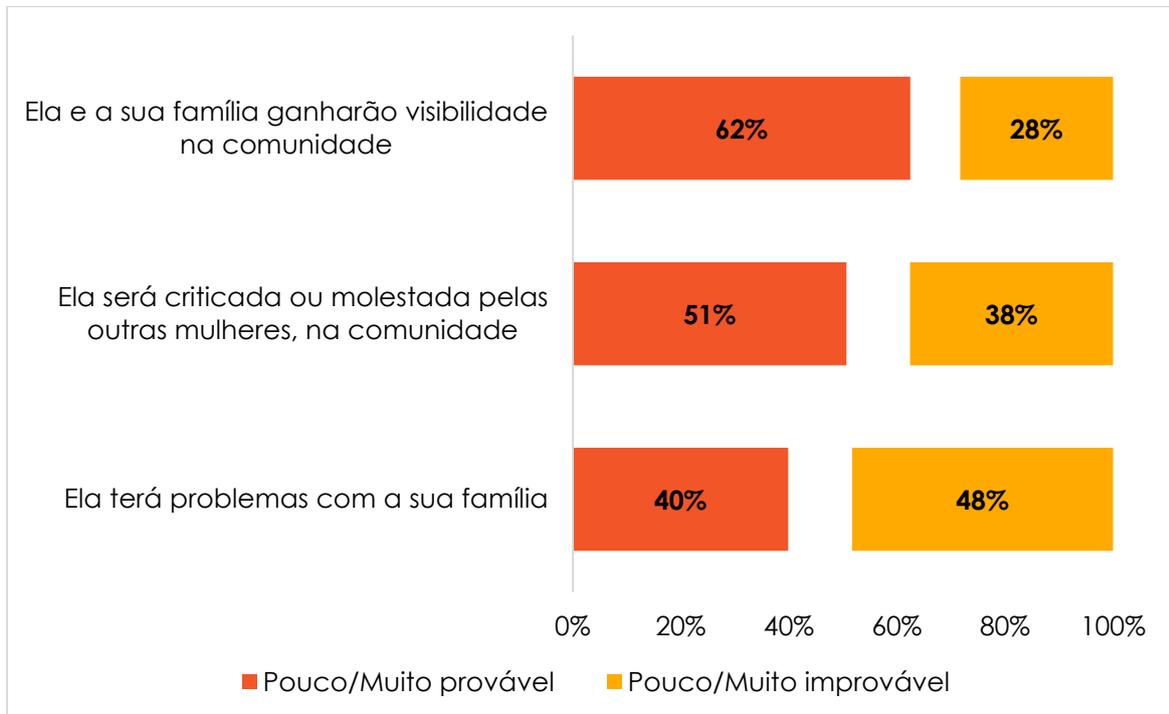


**Pergunta aos respondentes:** Qua das seguintes afirmações está mais próxima do seu ponto de vista?  
 Afirmação 1: Os homens tornam-se em melhores líderes políticos do que as mulheres, por isso, eles devem ser eleitos, em vez de eleger as mulheres  
 Afirmação 2: As mulheres devem ter oportunidades iguais de serem eleitas para cargos políticos tal como os homens.  
 (% que “concorda” ou “concorda fortemente” com cada afirmação)

Mesmo que ela acredite que os eleitores lhe darão a mesma consideração que um candidato do sexo masculino, uma mulher pode ser encorajada a concorrer a um cargo público – ou desencorajada de fazê-lo – por outras consequências que ela espera resultar de sua candidatura. Do lado positivo, mais de seis em cada 10 Angolanos (62%) dizem que é “um pouco provável” ou “muito provável” que uma mulher e sua família ganhem posição na comunidade se ela concorrer a um cargo eletivo (Figura 8).

Mas mais da metade (51%) dos entrevistados também considera provável que outras pessoas na comunidade a critiquem, a chamem nomes ou a molestem por se candidatar a um cargo público, enquanto 40% dizem que ela provavelmente enfrentará problemas com sua família – percepções que pode fazer com que algumas mulheres hesitem em entrar na arena política.

**Figura 8: Para o melhor ou para o pior: Como a candidatura para um cargo político afecta a vida das mulheres | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Se a mulher, na sua comunidade, concorrer para um cargo político, quão provável ou improvável as seguintes coisas ocorrerem?  
 Ela e a sua família ganharão visibilidade na comunidade?  
 Ela será criticada ou molestada pelas outras mulheres, na comunidade?  
 Ela terá problemas com a sua família?

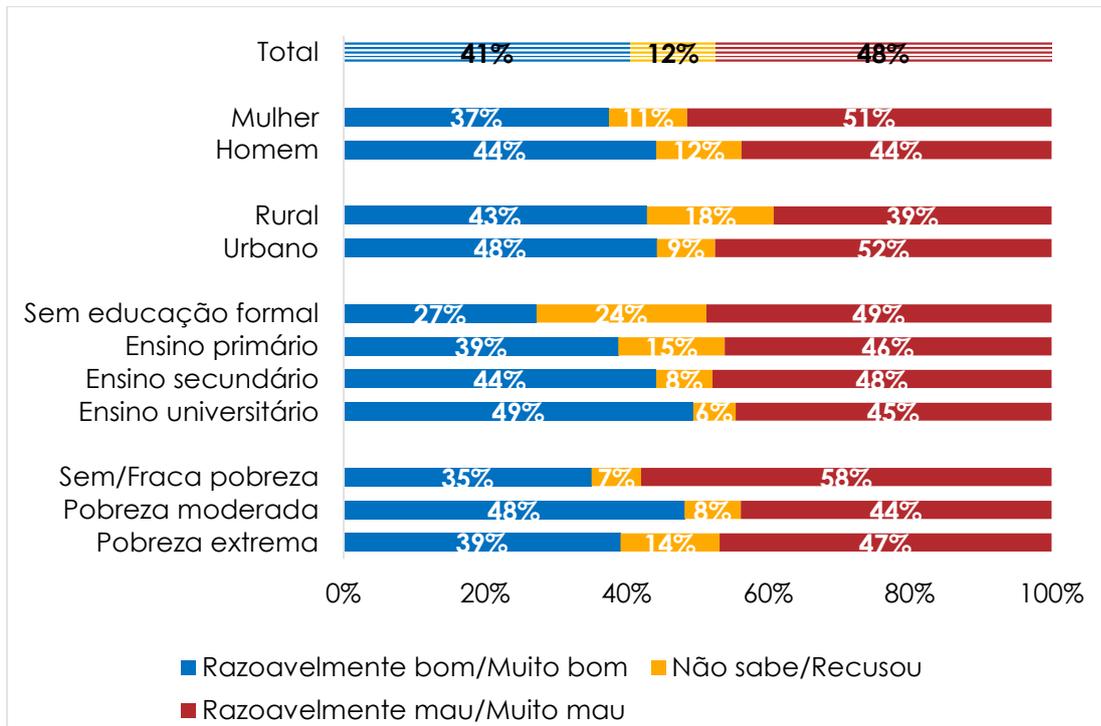
### Desempenho do governo na promoção da igualdade de direitos e de oportunidades

Embora o governo tenha um papel fundamental a desempenhar no progresso em direcção à igualdade de género, apenas quatro em cada 10 Angolanos (41%) dizem que o seu governo está a fazer um trabalho "razoável" ou "muito" bom na promoção de direitos e de oportunidades iguais para as mulheres (Figura 9).

As mulheres são menos propensas do que os homens a avaliar favoravelmente os esforços do governo (37% contra 44%), assim como os moradores rurais em comparação com os urbanos (43% contra 48%). Os índices de aprovação aumentam significativamente com os níveis de escolaridade dos entrevistados, variando de apenas 27% dos cidadãos sem escolaridade formal a 49% daqueles com educação universitária. Esta descoberta sugere que alguns dos benefícios da crescente igualdade de género podem não estar a beneficiar populações sem instrução.

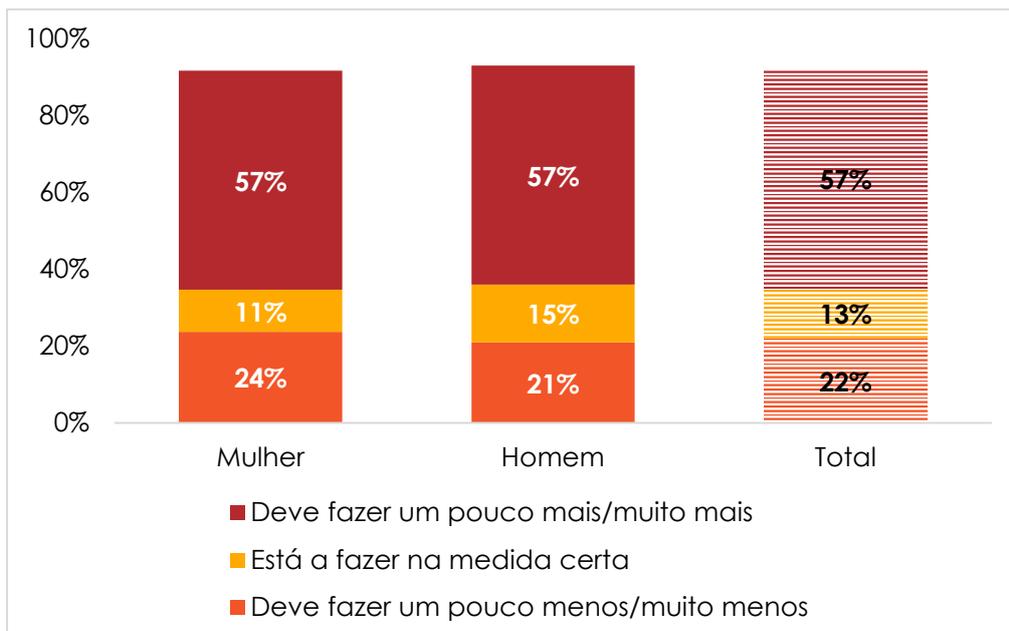
Em linha com a sua avaliação negativa do desempenho do governo, a maioria (57%) dos entrevistados diz que o governo deveria fazer "um pouco mais" ou "muito mais" para promover a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres. Cerca de um em cada cinco (22%) diz que deveria fazer menos e 13% acha que está a fazer a quantidade certa. Os homens e as mulheres diferem pouco nas suas opiniões sobre se o governo deve intensificar os seus esforços (Figura 10).

**Figura 9: Desempenho do governo na promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres | por grupo demográfico | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** *Quão bem ou mal você diria que o presente governo está a gerir os seguintes assuntos, ou você não ouviu falar o suficiente para ter uma opinião: promoção da igualdade de oportunidades e direitos para as mulheres?*

**Figura 10: Deve o governo fazer mais ou menos para promover a igualdade de oportunidades e de direitos para as mulheres? | por género | Angola | 2022**

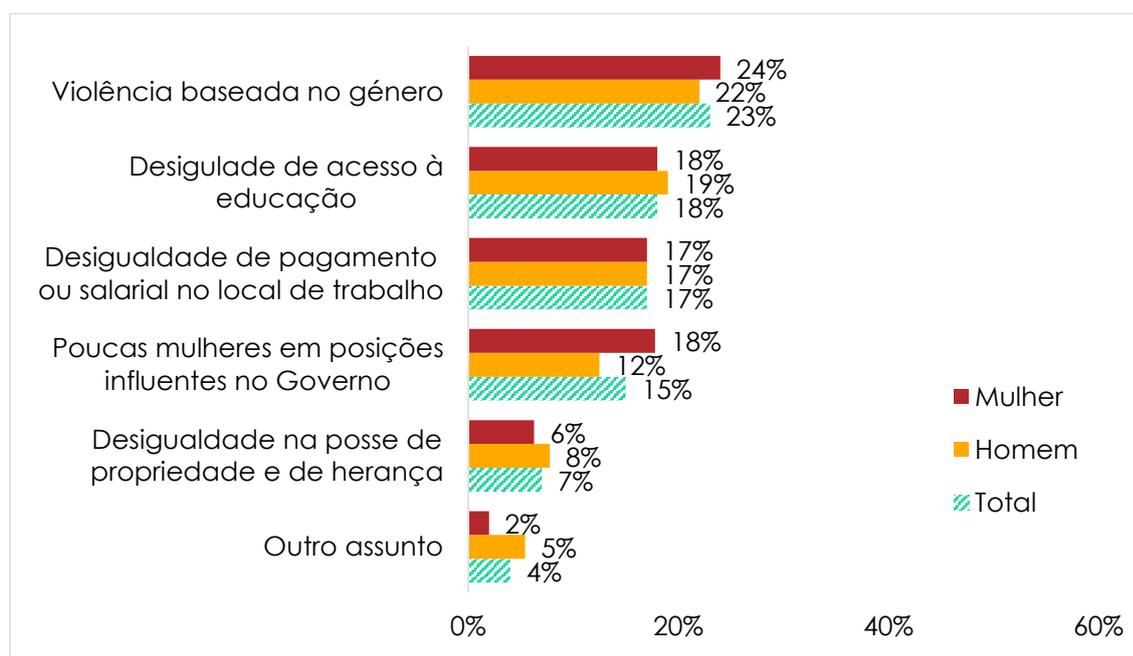


**Pergunta aos respondentes:** *Na sua opinião, o governo e outros dirigentes eleitos deviam fazer mais do que estão a fazer para promover os direitos e a igualdade das mulheres, ou deviam fazer menos, ou estão a fazer, justamente, o que é o mais certo?*

## A questão de direitos das mulheres mais importante: a violência baseada no género

Questionados sobre o que consideram a preocupação mais importante relacionada aos direitos e igualdade das mulheres para o governo e a sociedade abordar, os entrevistados da pesquisa citaram com mais frequência a violência baseada no género como a sua principal preocupação (23%), seguida pelo acesso desigual à educação (18%) e a desigualdade de oportunidades ou remuneração no local de trabalho (17%) (Figura 11). As mulheres e os homens têm opiniões muito semelhantes sobre as prioridades de género, excepto que os homens são menos propensos a mencionar que existem muito poucas mulheres nos cargos influentes no governo (12% contra 18% das mulheres).

**Figura 11: Assunto mais importantes nos direitos das mulheres | por género**  
 | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Na sua opinião, qual dos problemas relacionados com os direitos das mulheres e igualdade você pensa que é o mais importante para o nosso governo resolver?

## Conclusão

A maioria dos Angolanos expressa apoio à igualdade de género no acesso aos empregos remunerados, na posse de terra e no direito de concorrer a cargos públicos. E os resultados da pesquisa mostram conquistas educacionais e na tomada de decisões financeiras com igualdade de género. Mas os ativistas dos direitos das mulheres também observarão que mais de um terço dos cidadãos daria prioridade aos homens na contratação e a maioria considera provável que as mulheres que buscam cargos electivos enfrentem críticas ou sejam molestadas.

Menos da metade dos Angolanos aprova o desempenho do governo na promoção da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres e a maioria diz que precisa fazer mais.

## Referências

- Africa News. (2021). The challenge of gender equality in Africa. 9 de Março.
- Fórum Económico Mundial. (2022). Global gender gap report 2022: Insight report.
- Governo. (2023). Portal oficial do governo da republica de Angola: Ministro.
- Kitombe, C., & Pacatolo, C. (2023). Em Angola, a violência baseada no género é vista como principal desafio aos direitos das mulheres. Afrobarometer Edição No. 586.
- OHCHR (Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos). (2019). Committee on the elimination of discrimination against women considers Angola's report.
- ONU Mulheres. (2023). Angola. Women Count.
- Parlamento. (2023). Dados estatísticos dos deputados da V legislatura.

**Carlos Pacatolo** é politólogo, investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira angolana do Afrobarometer, e investigador do CESP-ISP Jean Piaget Benguela. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

**David Boio** é sociólogo, co-investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública e investigador do Centro Sol Nascente do Huambo. E-mail: davidboio@gmail.com.

**Cecília Kitombe** é feminista e directora da ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente-Benguela. Email: maiajose1985@gmail.com.

O Afrobarometer, uma organização sem fins lucrativos com sede no Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária. A coordenação regional dos parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida pelo Ghana Center for Democratic Development (CDD-Gana), pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul e pelo Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi no Kenya. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) fornecem suporte técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia por meio da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) por meio do Instituto de Paz dos EUA, da Fundação Mo Ibrahim, da Open Society Foundations - Africa, da Fundação Bill & Melinda Gates, da William and Flora Hewlett Foundation, da União Europeia, do National Endowment for Democracy, da Mastercard Foundation, do Japan International Cooperation Agency, da Konrad Adenauer Foundation, da University of California San Diego, da Global Center for Pluralism, do World Bank Group, da Freedom House, da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda, do GIZ e da Humanity United.

As doações ajudam o Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Considere fazer uma contribuição (em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)) ou entre em contato com Felix Biga ([felixbiga@afrobarometer.org](mailto:felixbiga@afrobarometer.org)) ou Runyararo Munetsi ([runyararo@afrobarometer.org](mailto:runyararo@afrobarometer.org)) para discutir o financiamento institucional.

Siga as nossas publicações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 622 | 28 de Março 2023